

**ESTATUTOS**  
**DO CENTRO DE CONFRATERNIDADE DE PORTUGAL**  
**DA ARQUICONFRARIA UNIVERSAL DE SANTA**  
**FILOMENA**  
**ASSOCIAÇÃO PÚBLICA DE FIÉIS**

**Capitulo I**  
**Da Associação**

**Artigo 1º**

**Denominação e Natureza Jurídica**

1. A Associação, que adopta a denominação de “Centro de Confraternidade de Portugal da Arquiconfraria Universal de Santa Filomena”, é uma associação pública de direito canónico, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, com duração indeterminada, que se rege pelos presentes estatutos e, em tudo o que neles for omissa, pelos estatutos da Arquiconfraria Universal de Santa Filomena, em Itália, pelas leis canónicas e pelas leis portuguesas que lhe sejam aplicáveis.
2. O Centro de Confraternidade de Portugal é de âmbito nacional e está integrado na Arquiconfraria Universal de Santa Filomena, instituição canonicamente erecta por Sua Santidade o Papa Pio X, em 1912, com sede no Santuário de Santa Filomena, em Mugnano del Cardinale, Campania, Itália, cujo reitor autorizou a sua constituição e lhe atribuiu o número 58.

**Artigo 2º**

**Objecto social**

O Centro de Confraternidade de Portugal da Arquiconfraria Universal de Santa Filomena, nos presentes estatutos também designado por

Associação, tem como objecto social promover o culto público a Santa Filomena, difundindo a doutrina cristã através do exemplo de vida da sua patrona, tendo sempre presente que verdadeira devoção pressupõe a comunhão eclesial, o culto à Eucaristia, a veneração de Maria Santíssima, Rainha das virgens e dos mártires, e a renúncia a satanás.

### **Artigo 3º**

#### **Sede**

A sua sede será na Basílica de Nossa Senhora dos Mártires, na Rua Serpa Pinto, n.º 10 D, em Lisboa.

### **Capítulo II**

#### **Dos Associados**

### **Artigo 4º**

#### **Associados**

1. Podem ser associados, pessoas singulares maiores de dezasseis anos, os quais serão designados por confrades.
2. Há dois tipos de confrades:
  - a. Fundadores.
  - b. Efectivos.
3. São confrades fundadores, a Delegada, a quem foi atribuído, pelo Presidente da Arquiconfraria Universal de Santa Filomena, o certificado de delegada e a carta de autorização do Centro Confraternidade de Portugal e aqueles que, com ela, formalmente constituíram a Associação.
4. São confrades efectivos as pessoas singulares que, após admissão nos termos dos presentes estatutos, paguem as suas contribuições e cumpram os direitos e obrigações que lhes são atribuídos.

### **Artigo 5º**

## **Admissão dos Confrades**

1. A admissão dos confrades efectivos do Centro de Confraternidade de Portugal da Arquiconfraria de Santa Filomena é da competência da Direcção.
2. O pedido de admissão é feito através do preenchimento de uma ficha de inscrição, acompanhada de uma declaração de autorização para utilização dos dados, dirigida ao presidente da Direcção da associação que, após obter parecer vinculativo favorável do Assistente Eclesiástico, apresentará para deliberação da Direcção, a qual comunicará a confirmação ou rejeição do pedido, ao proponente.
3. Na apreciação do pedido de admissão será essencial para a sua aprovação, que o proponente revele manifesta identificação com o objecto da associação e esteja em plena comunhão com a Igreja, isto é, professe a fé católica, não tenha incorrido em excomunhão, não esteja inscrito em instituições que conspirem contra a Igreja, goze de boa reputação moral e social e esteja disposto a aceitar os princípios da moral católica e as normas que regem a associação.
4. A admissão do confrade terá lugar durante a celebração de uma missa, em dia de Festa, da qual constará o “Juramento de Fidelidade” e será entregue o Cartão de Confrade, devidamente assinado pelo presidente e pelo Assistente Eclesiástico.
5. Caso o novo confrade expressamente autorize, por escrito, será enviada uma cópia da sua ficha de inscrição para a Sede da Arquiconfraria Universal de Santa Filomena, em Mugnano del Cardinale, a fim de que seja celebrada missa pelas suas intenções, no Altar Sagrado de Santa Filomena, na segunda sexta-feira do mês seguinte ao da sua admissão e para que lhe sejam enviadas, com regularidade, informações do Santuário.

## **Artigo 6º**

### **Direitos dos Confrades**

1. São direitos dos confrades usufruir os privilégios, indulgências e graças associadas à devoção a Santa Filomena, designadamente:

- a) Participar da corrente de graças entre os membros da grande família filomeniana;
  - b) Beneficiar da constante e poderosa intercessão de Santa Filomena;
  - c) Estar incluído nas intenções da santa missa do segundo sábado, celebrada na Basílica dos Mártires, por intenção dos confrades vivos e defuntos;
  - d) Alcançar a indulgência plenária, nos termos aprovados pelo Papa Leão XIII, em 15 de Novembro de 1883, concedida aos confrades que, estando em estado de graça, usarem, nos dias de festa, o cordão bento, comungarem e rezarem o Credo, o Pai Nosso, a Ave Maria e o Glória pelas intenções do Santo Padre;
  - e) Participar em todas as iniciativas promovidas pela associação.
2. São igualmente direitos dos confrades participarem nas assembleias gerais, com direito de voto.

## **Artigo 7º**

### **Deveres dos Confrades**

São deveres dos confrades:

- a) Honrar o Centro de Confraternidade de Portugal da Arquiconfraria de Santa Filomena, em todas as circunstâncias, e contribuir para o seu prestígio;
- b) Integrar e desempenhar com zelo e devoção os serviços que lhes forem destinados na actividade da associação ou nos cargos para que sejam nomeados ou eleitos;
- c) Pagar pontualmente as quotas, cujo valor será anualmente deliberado pela Direcção;
- d) Contribuir para as despesas do Santuário da Arquiconfraria Universal de Santa Filomena e do Centro de Confraternidade de Portugal;
- e) Participar na santa missa nos dias de festa – 10 de Janeiro, 25 de Maio e 10 de Agosto;
- f) Rezar diariamente a coroa de Santa Filomena;
- g) Rezar diariamente o terço a Nossa Senhora, pelas intenções do Santo Padre, do reitor do Santuário de Santa Filomena, pelo

apostolado da Associação e pelas necessidades pessoais de cada um;

- h) Conhecer a vida de Santa Filomena e as principais devoções, para edificação pessoal e para melhor divulgação do seu culto e devoção;
- i) Como sinal exterior da pertença à família filomeniana, ser portador do cartão de confrade e usar, ao menos, uma das seguintes insígnias: a medalha; um dos cordões bentos, o grande, para usar à cintura, ou o pequeno, para se usar no pulso; ou a coroa de Santa Filomena.
- j) Observar e cumprir as disposições estatutárias do Centro de Confraternidade de Portugal e da Arquiconfraria Universal de Sta. Filomena.

## **Artigo 8º**

### **Cessação da qualidade de Confrade**

Perde-se a qualidade de Confrade:

- a) Por solicitação do confrade, mediante apresentação de pedido escrito dirigido ao Presidente da Direcção, ou pela sua morte;
- b) Em virtude de aplicação de uma sanção de expulsão deliberada pela Direcção, ou pela Assembleia Geral, em recurso, quando se verifique uma infracção grave aos presentes estatutos, ou por motivos igualmente graves que prejudiquem a Associação;
- c) Quando, por período superior a dois anos, o confrade deixe de participar nas actividades promovidas pela Associação ou, simplesmente, deixe de contribuir com os bens a que se comprometeu, quando da sua admissão.

## **Artigo 9º**

### **Procedimento de expulsão de Confrade**

1. Compete à Direcção instaurar os procedimentos adequados à aplicação da sanção de expulsão, devendo para tal comunicar ao confrade infractor os factos e fundamentos que lhe são imputados.

2. O confrade pode apresentar a sua defesa, no prazo de quinze dias a contar da comunicação da infracção.
3. A Direcção conclui os procedimentos, informando o confrade infractor da decisão tomada, no prazo máximo de sessenta dias a contar da apresentação da defesa ou do termo do prazo para a sua apresentação.
4. O confrade pode recorrer da decisão da Direcção, para a Assembleia Geral, mediante requerimento enviado ao Presidente da Mesa, no prazo máximo de 15 dias a contar do conhecimento da decisão.

### **Artigo 10º**

#### **Actualização de ficheiros da Associação**

É responsabilidade da Direcção manter permanentemente actualizadas as informações relativas aos confrades e, bem assim, enviar periodicamente, à Arquiconfraria Universal de Santa Filomena, a informação dos seus confrades, se por eles autorizada.

### **Capítulo III**

#### **Dos Órgãos Sociais**

### **Artigo 11º**

#### **Órgãos Sociais**

São órgãos da associação, a Assembleia Geral, a Direcção, o Conselho Fiscal e o Assistente Eclesiástico.

### **Artigo 12º**

#### **Competências e funcionamento**

1. Apenas podem exercer competências nos Órgãos Sociais do Centro de Confraternidade de Portugal da Arquiconfraria Universal de Santa Filomena, os confrades, não sendo permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo estatutário.

2. O exercício e desempenho de funções de Órgãos Sociais do Centro de Confraternidade de Portugal da Arquiconfraria Universal de Santa Filomena é prestado de forma gratuita, podendo, no entanto, as despesas directamente relacionadas com o exercício destas funções e, como tal, justificadas, ser reembolsadas.
3. Os Órgãos Sociais são convocados pelos respectivos Presidentes, deliberando a Direcção e o Conselho Fiscal com a presença da maioria dos seus membros.
4. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o Presidente, no caso de empate, voto de qualidade.
5. Das reuniões dos Órgãos Sociais serão lavradas actas, as quais deverão ser assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respectiva Mesa.
6. Em caso de vacatura dos membros de cada Órgão Social, proceder-se-á ao preenchimento das vagas através de cooptação.
7. A cooptação de confrades para preenchimento das vagas verificadas, deve ser feita no prazo máximo de 30 dias, devendo o Presidente da Mesa da Assembleia Geral dar posse aos mesmos nos 15 dias subsequentes à comunicação de cooptação pela Direcção.

## **Artigo 13º**

### **Assembleia Geral**

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os confrades em pleno gozo dos seus direitos.
2. A Assembleia Geral é presidida por uma Mesa, composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário e dois Vogais suplentes.
3. Na falta ou impedimento de qualquer dos seus membros referidos, competirá à Assembleia Geral, regularmente reunida, eleger os respectivos substitutos de entre os confrades presentes, os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.
4. A Assembleia Geral reunirá em reuniões ordinárias, ou extraordinárias.

5. A Assembleia Geral reunirá ordinariamente:
- a. No final de cada mandato, durante o mês de Novembro, para eleição dos Órgãos Sociais;
  - b. Até 31 de Março, para discussão e aprovação do relatório e contas do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal;
  - c. Até 15 de Novembro, para apreciação e votação do orçamento e do plano de acção para o ano seguinte.

A Assembleia Geral reunirá em sessão extraordinária quando convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal, ou a requerimento de, pelo menos, 25% dos confrades no pleno gozo dos seus direitos

## **Artigo 14º**

### **Convocação e funcionamento da Assembleia Geral**

1. A convocação da Assembleia Geral será feita pelo Presidente da Mesa ou por quem o substituir, por meio de aviso expedido para cada confrade, por correio electrónico ou outro meio semelhante, com quinze dias de antecedência, e deverá ser afixado na sede, nele constando obrigatoriamente, o dia, hora, local e ordem de trabalhos.
2. Em primeira convocatória, a Assembleia Geral só poderá reunir com a presença de pelo menos metade dos seus confrades.
3. Em segunda convocatória, meia hora mais tarde, a Assembleia Geral poderá funcionar com qualquer número de confrades.

## **Artigo 15º**

### **Competência da Assembleia Geral**

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não reservadas à autoridade eclesiástica superior e não compreendidas nas atribuições legais ou estatutárias dos outros Órgãos Sociais e, necessariamente:

- a) Definir as linhas gerais de actuação da associação;



- b) Eleger e exonerar os membros da respectiva Mesa e do Conselho Fiscal;
- c) Apreciar, modificar ou aprovar o orçamento, o plano para o ano seguinte e o relatório e contas da Direcção;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa, alienação a qualquer título de bens imóveis e de outros quaisquer bens do fundo patrimonial estável e sobre actos de administração extraordinária, os quais ficarão sempre dependentes da aprovação da autoridade competente;
- e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos devendo a mesma ser aprovada pela autoridade competente;
- f) Propor à autoridade competente a dissolução, fusão, ou cisão da associação;
- g) Deliberar sobre todas as propostas que constem da ordem de trabalhos;
- h) Apreciar e deliberar sobre os recursos das decisões de expulsão de confrades aplicados pela Direcção;
- i) Deliberar sobre os casos omissos nos estatutos, de acordo com os princípios do direito.

## **Artigo 16º**

### **Competência da Mesa da Assembleia Geral**

1. Compete à Mesa da Assembleia Geral, nomeadamente:
  - a) Representar, dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia Geral;
  - b) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes a actos eleitorais;
2. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, designadamente:
  - a) Convocar as reuniões da Assembleia Geral;
  - b) Zelar pelo cumprimento dos estatutos, regulamentos e deliberações da Assembleia Geral;
  - c) Dar posse aos membros dos Órgãos Sociais da Associação.
3. Ao Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral compete suprir os impedimentos do Presidente, preparar, expedir e fazer públicos os avisos convocatórios.

4. Ao Secretário da Mesa compete:
  - a) Assegurar o expediente e arquivo dos documentos da Assembleia Geral, bem como os projectos de actas;
  - b) Assegurar o trabalho de secretaria da Mesa da Assembleia Geral, designadamente, o expediente de convocatória e a elaboração das actas.

## **Artigo 17º**

### **Votações**

1. As deliberações em Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos confrades presentes.
2. As deliberações sobre alterações aos estatutos exigem o voto favorável de três quartos dos confrades presentes e as deliberações sobre dissolução, cisão ou fusão da associação exigem o voto favorável de três quartos de todos os confrades efectivos.
3. Os membros dos Órgãos Sociais não poderão votar em matérias que lhes digam directamente respeito, ou que respeitem ao respectivo cônjuge, ascendente ou descendente.
4. Os confrades podem fazer-se representar por outro confrade, não podendo, contudo, representar mais do que um.

## **Artigo 18º**

### **Direcção**

1. A Direcção é composta por um número ímpar, com um mínimo de cinco membros: um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro, um Secretário e um, ou mais, Vogais.
2. O Presidente é o Delegado nomeado pelo Presidente da Arquiconfraria Universal de Santa Filomena, reitor do Santuário Mugnano del Cardinale, por certificado que lhe é passado *intuito personae*, por força do qual o Centro da Confraternidade de Portugal foi autorizado e criado.
3. Os restantes membros da Direcção são nomeados pelo seu Presidente, com o parecer favorável do Assistente Eclesiástico, por mandatos de três anos, podendo ser reconduzidos.

4. A Direcção reúne as vezes que julgar conveniente, porém, como norma, uma vez por mês, e só poderá deliberar com a maioria dos seus membros presentes.

## **Artigo 19º**

### **Competência da Direcção**

1. Compete à Direcção gerir a associação, incumbindo-lhe, designadamente:
  - a) Admitir confrades nos termos dos estatutos;
  - b) Garantir a efectivação dos direitos e deveres dos confrades;
  - c) Expulsar confrades, sempre que tal se justifique;
  - d) Administrar os bens da Associação;
  - e) Elaborar anualmente e submeter, com o parecer do Conselho Fiscal, à apreciação pela Assembleia Geral, o relatório e contas, bem como o orçamento e plano para o ano seguinte;
  - f) Assegurar a organização e funcionamento dos serviços;
  - g) Organizar o quadro de pessoal e contratar e gerir os respectivos titulares;
  - h) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da associação;
  - i) Assegurar a escrituração dos livros, nos termos da lei e dos estatutos;
  - j) Gerir de forma evangélica os bens da Associação, não esquecendo a parilha com o Santuário e os pobres;
  - k) Propor e contestar acções judiciais necessárias para a defesa dos direitos da Associação, com licença prévia do Ordinário próprio, dada por escrito;
  - l) Aceitar heranças, legados e doações, nos termos do direito e dos presentes estatutos;
  - m) Propor o valor da quotização anual dos confrades;
2. Compete ao Presidente:
  - a) Convocar e presidir às reuniões;
  - b) Rubricar os livros de escrituração da Associação e lavrar os respectivos termos de abertura e encerramento;
  - c) Assinar, com outro membro da Direcção, as ordens de pagamento e as guias de cobrança de receitas;

- d) Promover a elaboração do orçamento e contas da associação;
  - e) Exercer todas as outras atribuições que nestes estatutos não estejam atribuídos;
  - f) Representar a associação em juízo e fora dele, podendo delegar essa função noutro membro da Direcção.
3. Compete ao Vice-Presidente da Direcção substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos.
4. Compete ao Secretário da Direcção:
- a) Lavrar as actas das reuniões;
  - b) Ter à sua guarda os livros de escrituração;
  - c) Fazer a inscrição dos confrades nos respectivos livros;
  - d) Fazer toda a escrituração própria do seu cargo;
  - e) Substituir o Vice-Presidente nas suas faltas e impedimentos.
5. Compete ao Tesoureiro:
- a) Arrecadar as receitas da Associação e fazer os pagamentos devidamente autorizados;
  - b) Apresentar à Direcção os balancetes das receitas e despesas;
  - c) Desempenhar todas as atribuições próprias do seu cargo.
6. Compete aos Vogais:
- a) Participar nas deliberações da Direcção;
  - b) Ajudar na execução das tarefas da mesma.
7. A associação obriga-se com a assinatura conjunta do Presidente e do Tesoureiro, ou a assinatura conjunta de quaisquer três membros da Direcção.

## **Artigo 20º**

### **Conselho Fiscal**

1. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois Vogais, sempre que possível, com formação técnica em assuntos económicos e/ou direito civil.
2. Compete ao Conselho Fiscal:
- a) Fiscalizar o património da Associação;
  - b) Velar pelo cumprimento da lei e dos estatutos, nomeadamente no que diz respeito à aquisição, administração e alienação dos bens temporais;

- c) Fiscalizar a escrituração e documentos da associação, sempre que o julgue conveniente;
- d) Participar, fazendo-se representar por um dos seus membros, nas reuniões da Direcção sempre que tal lhe for solicitado ou houver por bem;
- e) Dar parecer escrito sobre o relatório e contas e orçamento da Associação;
- f) Dar parecer sobre todos os assuntos que a Direcção ou a Mesa da Assembleia Geral submeter à sua apreciação.

## **Artigo 21º**

### **Assistente Eclesiástico**

1. O Assistente Eclesiástico é o sacerdote a quem a autoridade eclesiástica confia, de modo estável, o acompanhamento espiritual e pastoral da Associação, a exercer segundo as normas do direito canónico.
2. Compete ao Assistente Eclesiástico:
  - a) A direcção espiritual da Associação e dos seus confrades;
  - b) Dar parecer sobre todos os assuntos que digam respeito à vida da Associação, nomeadamente, sobre aqueles cuja decisão dependa do seu parecer favorável.

## **Capítulo IV**

### **Das Obrigações com**

### **a Arquiconfraria Universal de Santa Filomena**

## **Artigo 22º**

### **Celebrações a Santa Filomena**

A Associação, através da sua Direcção, obriga-se a celebrar as festas de Santa Filomena, pelo menos, 3 vezes por ano, nos dias 10 de Janeiro, 25 de Maio e 10 de Agosto, ou em datas próximas destas, com a celebração da Santa Missa e orações a Santa Filomena,

podendo, sem prejuízo da celebração das datas indicadas e caso existam as condições para tal, promover a celebração mensal da Santa Missa, pelas intenções dos confrades da Associação.

## **Artigo 23º**

### **Artigos devocionais de Santa Filomena**

1. A Associação obriga-se a respeitar as regras instituídas pela Arquiconfraria Universal de Santa Filomena, no que respeita à produção, edição e distribuição dos artigos devocionais de Santa Filomena, de acordo com o que se estabelece:
  - a) O óleo santo de Santa Filomena deve ser adquirido no Santuário, ou em qualquer outro local autorizado pelo seu reitor do Santuário
  - b) O fabrico, bênção e distribuição dos cordões bentos, carecem de autorização do reitor do Santuário.
  - c) Por razões devocionais, as contas brancas e encarnadas da coroa de Santa Filomena devem ter a sua origem no Santuário.
  - d) As pagelas e as medalhas contendo relíquias *ex indumentis* de Santa Filomena têm obrigatoriamente de ser editadas pelo Santuário.
2. Caso a Associação decida produzir algum artigo devocional de Santa Filomena, deverá previamente ser enviado um protótipo, para aprovação, ao reitor do Santuário, que deverá também autorizar a sua distribuição.
3. A Associação deve providenciar a divulgação de toda a literatura e artigos devocionais com origem no Santuário.

## **Artigo 24º**

### **Fundos para o Santuário**

1. A Associação compromete-se a promover a angariação de fundos que reverterão para a assistência e apoio ao Santuário, sempre que tal lhe for solicitado pela Arquiconfraria Universal de Santa Filomena e existam condições para o fazer.

2. Sempre que se verifique a entrega de donativos especificamente destinados ao Santuário, ou para a celebração de missas no Santuário, a Associação obriga-se a enviar directamente ao destinatário a totalidade destes donativos recebidos.

## **Artigo 25º**

### **O Site Oficial da Associação**

A Associação deverá criar um site oficial dando dele conhecimento ao Presidente da Arquiconfraria Universal de Santa Filomena, comprometendo-se a cumprir as suas indicações e orientações, designadamente:

- a) Quanto ao nome do domínio e do endereço de email;
- b) Quanto aos conteúdos e informações disponibilizadas;
- c) Quanto à criação de um link para a página web do Santuário.

## **Artigo 26º**

### **Peregrinações**

A Associação fará todos os esforços para organizar, de dois em dois anos uma peregrinação ao Santuário de Mugnano del Cardinal, e em fazer-se representar condignamente, junto do Santuário, sempre que tal seja solicitado pelo reitor, os acontecimentos o justifiquem e as disponibilidades económicas o permitam.

## **Artigo 27º**

### **Actividades Inovadoras**

A associação enviará anualmente o seu Plano de Actividades ao Presidente da Arquiconfraria Universal de Santa Filomena e reitor do Santuário, sublinhando aquelas que sejam mais inovadoras ou que se prevejam tenham maior impacto na promoção do culto a Santa Filomena, pedindo e acolhendo as orientações e informações relativas ao desenvolvimento dessas actividades.

## **Capítulo V**

### **Disposições finais**

#### **Artigo 28º**

##### **Disposições transitórias**

O Prior da Basílica dos Mártires desempenhará interinamente as funções equivalentes à do Assistente Eclesiástico, até que este seja formalmente nomeado pela autoridade competente.

#### **Artigo 29º**

##### **Estatutos e sua aprovação**

1. A Associação considera-se erecta e os presentes estatutos aprovados e em vigor, imediatamente após a aprovação concedida pela Conferência Episcopal Portuguesa e nos termos por ela definidos.
2. Qualquer alteração aos presentes estatutos carece de autorização da mesma Autoridade que os aprovou.

Lisboa, 10 de Outubro de 2018